



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GABINETE DA DEPUTADA MARIA JOSÉ LEÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 /2003

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 12/06/2003

Maria José Leão

*Dá nova redação ao § 1º do Art. 15
da Lei complementar nº 06, de 1º de
outubro de 1991.*

APROVADO

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo do Piauí decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo primeiro do artigo 15 de Lei Complementar nº 06, de 01 de outubro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“Art.15.....

§ 1º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa solicitará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro órgão oficial, a apuração dos requisitos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 2º, devendo a instituição prestar estas informações no prazo máximo de trinta dias, a contar do recebimento.”(NR)

Art. 2º - Revogada a Lei Complementar nº16 de 16 de janeiro de 1995.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PIAUÍ, em Teresina, 11 de junho de 2003.**

Walter Luís
Maria José Leão
Deputada Estadual

Maria José Leão
Maria José Leão
Deputada Estadual

Assinatura

Orgão	AL
Número	AL-1848/03
Data	12/06/03
Assunto	Projeto de Lei
Matrícula	
Rubrica	
Matrícula	



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei Complementar que submetemos à apreciação das Comissões Técnicas e do Egrégio Plenário desta Casa Legislativa, tem como finalidade restaurar a redação do § 1º do art. 15 da Lei Complementar nº 06 de 1º de outubro de 1991.

A criação dos municípios criados através das Leis 4.810 e 4.811, os processos foram instituídos com base da redação da Lei Complementar já elencada, não sendo possível pretender-se criar novos municípios ficando na dependência somente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Se faz necessário a apresentação do Projeto de Lei, uma vez que a Lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a Lei anterior, salvo disposição em contrário, a Lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Impõe

REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO
DO PIAUÍ

Diário Oficial

GOVERNO FREITAS NETO

ANO LX. 1029 DA REPÚBLICA. TERESINA, SEXTA-FEIRA, 04 DE OUTUBRO DE 1991. NÚMERO 190.



LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 1991 DE 04/10/91

Estabelece requisitos e procedimentos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências.

O Governador do Estado do Piauí

FAÇO saber que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR.

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios serão feitas por lei, observados os procedimentos e requisitos previstos nesta lei e observado o disposto no art. 18, § 4º, da Constituição Federal, e art. 30, I, II, III, e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Constituição Estadual.

§ 1º - A lei de criação do Município deverá ser aprovada por dois terços dos Deputados.

§ 2º - A lei de criação do Município sancionará:

- I - o topônimo;
- II - os limites;
- III - os distritos, se houver, com os respectivos limites.

CAPÍTULO II Dos requisitos

Seção I

Da criação resultante de desmembramento

Art. 2º - São requisitos para a criação de Município por desmembramento de área:

- I - ter a área territorial a ser desmembrada, população mínima de quatro mil habitantes;
- II - contar a futura sede do Município com um mínimo de cem unidades residenciais, mercado público, cemitério e o templo religioso;
- III - não inviabilizar o Município ou Municípios-tronco nem quebrar a continuidade e unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Seção II

Da criação resultante de fusão

Art. 3º - Podem funcionar-se Municípios limítrofes que tenham mais de vinte e cinco anos de municipalização político-administrativa.

Art. 4º - Como medida preparatória à fusão dos Municípios, as Câmaras de Vereadores interessadas votando Decretos Legislativos em que estabeleça:

- I - o novo topônimo;
- II - a área total resultante;
- III - a sede do novo Município;
- IV - o aproveitamento dos servidores.

Parágrafo Único - Para a criação por fusão de Municípios são dispensados os requisitos estabelecidos na seção anterior.

Seção III

Da alteração de área resultante de incorporação e de desmembramento

Art. 5º - Para a incorporação parcial ou total de área, as Câmaras de Vereadores votando Decretos Legislativos unânimes, em que estabeleçam:

- I - a área total a ser incorporada;
- II - as áreas totais dos Municípios, especificando a remanescente após o desmembramento e a resultante após a incorporação;
- III - as obrigações intramunicipais, partilhadas a prazo certo, decorrentes do desmembramento e da incorporação.

Parágrafo Único - Quando houver incorporação de área total do Município, o Decreto Legislativo do Município a ser incorporado disporá sobre os requisitos do inciso IV do artigo anterior.

Art. 6º - A incorporação de área subordina-se à satisfação do requisito previsto no inciso III, Art. 30, da Constituição Estadual.

CAPÍTULO III Da consulta plebiscitária

Art. 7º - A Assembleia Legislativa determinará a realização do plebiscito para consulta à população das áreas diretamente interessadas, observado o disposto no inciso III, do Art. 30, da Constituição Estadual.

Art. 8º - Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral regulamentar a realização da consulta plebiscitária e fixar-lhe a data.

Parágrafo Único - Para a realização do plebiscito,

o Tribunal Regional Eleitoral fará levantamento dos custos e solicitará os recursos ao Poder Executivo Estadual, que o atenderá dentro de trinta dias.

Art. 9º - Poderão votar no plebiscito todos os eleitores da área pretendida à emancipação, inscritos há mais de um ano da realização da consulta.

Parágrafo Único - A cédula oficial conterá as palavras "SIM" e "NÃO", indicando, respectivamente, a aprovação ou a rejeição.

Art. 10º - O Tribunal Regional Eleitoral, após a apreciação do resultado da consulta plebiscitária, o comunicará à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de cinco dias, contados de sua homologação.

Parágrafo Único - A consulta plebiscitária somente será válida se dela participar, no mínimo, a maioria absoluta dos eleitores que atendam às exigências do art. 9º.

Art. 11º - Somente será admitida a elaboração de lei de criação de Municípios se os povoados, datas ou zonas consultadas plebiscitariamente tiverem apresentado resultado favorável, pelo voto da maioria absoluta dos votantes.

§ 1º - Os povoados, datas ou zonas que tiverem rejeitado a criação do novo Município não poderão ser incluídos na lei de criação, sendo-lhes assegurado o direito de permanecerem no Município-tronco.

§ 2º - Admite-se a criação de novo Município ainda que alguns dos povoados, datas ou zonas o tenham rejeitado, desde que a área territorial composta pelos que o tenham aprovado seja contínua e atenda aos requisitos do Art. 2º.

CAPÍTULO IV Dos limites

Art. 12º - Os limites do novo Município serão claros, presuntos e contínuos e, sempre que possível, acompanharão acidentes geográficos naturais, facilmente identificáveis.

Art. 13º - Na descrição dos limites intermunicipais ou interdistritais serão observadas as seguintes normas:

- I - na impossibilidade de serem estabelecidas linhas materiais, será utilizada a linha reta seca, cujos extremos devem ser pontos devidamente identificados;
- II - a observância, na medida do possível, de limites distritais já existentes e evitando-se a divisão de comunidades ou povoados;
- III - descrição dos limites no sentido horário, a partir do ponto mais ocidental da conformidade norte.

Parágrafo Único - Na criação de distritos ou alterações de áreas, será usada linguagem apropriada, enviando-se cópia da descrição ou alteração de limites e respectivas mapas aos órgãos técnicos competentes da União e do Estado.

Art. 14º - A lei de criação do Município, além de definir seus limites, na forma de memorial descritivo, fará constar, anexo, o mapa correspondente.

CAPÍTULO V Do processo de constituinte

Seção I Disposições gerais

Art. 15º - A Assembleia Legislativa, dentro de trinta dias do recebimento do processo instruído, o apreciará em Plenário.

§ 1º - A Mesa da Assembleia Legislativa solicitará à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, ou outro órgão oficial, a apuração dos requisitos estabelecidos nos incisos I a III do Art. 2º, devendo a instituição prestar essas informações no prazo máximo de sessenta dias, a contar do recebimento.

§ 2º - Atendida essa providência, será datado a consulta plebiscitária, seguindo-se:

- I - projeto de lei, elaborado no prazo máximo de trinta dias, para tramitação regular; ou
- II - arquivamento do processo.

Seção II

Do processo de criação por desmembramento

Art. 16º - O processo de criação de Município por desmembramento terá início mediante representação dirigida à Assembleia Legislativa, assinada por, no mínimo, cem eleitores, domiciliados na área que se pretende desmembrar, devendo constar da subscrição, próximo à assinatura o nome completo, o endereço, e uma e a seção do título eleitoral e acompanhados de:

- I - mapa da área total do Município a ser criado, com definição do topônimo e indicação do local da sede;
- II - memorial descritivo da área total do pretendido Município;
- III - mapa do perímetro urbano;
- IV - memorial descritivo do perímetro urbano.

§ 1º - A representação será encaminhada à Mesa da Assembleia Legislativa mediante requerimento do, pelo menos, um Deputado Estadual.

§ 2º - Será imediatamente indeferida a representação não instruída com a documentação.

§ 2º - As contribuições relativas à Legislatura de 1991 - 1995 serão pagas de uma só vez ou em 48 (quarenta e oito) parcelas correspondentes ao valor da contribuição de que trata o parágrafo anterior.

Art. 31 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 16 de janeiro de 1995.

Francisco de Assis de Moraes Filho
GOVERNADOR DO ESTADO

Liberal
SECRETÁRIO DE GOVERNO

P.P. 00118

va solicitar à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE a apuração dos requisitos estabelecidos nos incisos I a III do art. 2º.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 16 de janeiro de 1995.

Francisco de Assis de Moraes Filho
GOVERNADOR DO ESTADO

Liberal
SECRETÁRIO DE GOVERNO

P.P. 00115

DECRETO Nº 9.213 DE 16 DE janeiro DE 1995

Altera o art. 22, do Decreto nº 7.004, de 08 de junho de 1987.

O Governador do Estado do Piauí,

no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º - O art. 22 do Decreto nº 7.004, de 08 de junho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 - A Diretoria da Empresa de Telecomunicações do Piauí - ETELPi é constituída do Presidente e do Diretor Executivo, eleitos e empossados pela Assembleia Geral, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - O mandato dos membros da diretoria será automaticamente prorrogado até a realização da Assembleia Geral que eleger a nova diretoria."

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRAJÁ, em Teresina (PI), 16 de janeiro de 1995.

Francisco de Assis de Moraes Filho
GOVERNADOR DO ESTADO

Liberal
SECRETÁRIO DE GOVERNO

P.P. 00111

LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 16 DE janeiro DE 1995

Dá nova redação ao § 1º do Art. 15 da Lei Complementar nº 06, de 1º de outubro de 1991.

O Governador do Estado do Piauí

Faço saber que o Poder Legislativo decreta, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo primeiro do artigo 15 da Lei Complementar Nº 06, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -
§ 1º - A Mesa da Assembleia Legislativa

Não culpe
apenas a
fita da sua
máquina.
Siga as
normas do
gabarito.

SE A BEBIDA ALCOÓLICA
CHEGOU AO PONTO DE
PREOCUPÁ-LO
Ligue: 223-5919



ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
Um programa de recuperação
do alcoolismo



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO
	01
	AL-1848/03

DIRETORIA LEGISLATIVA

JUNTA DA

Publicação de matéria

de 05 laudas.

Em 13/06/03

Funcionário

Liduína M. de Almeida Lima
Chefe Setor de Publicação

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a <u>Comissões técnicas</u>
Em <u>16/06/2003</u>
<u>Opia</u>
Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de 123

Assembleia Legislativa
Encaminhe-se a <u>Diretoria Legislativa</u>
Em <u>27/06/2003</u>
<u>Opia</u>
Conceição de Maria Leite Galvão Chefe do Núcleo Redação de 123

PROVIDENCIADO

Em 01/07/03

pp. [assinatura]
Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se à REDAÇÃO
DE ATAS.
16/06/03

[assinatura]
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI
16-06-03

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA
Nos termos regimentais
Encaminha-se a Autógrafos
27-06-03
pp. [assinatura]
DR. FRANCISCO JESUS VIEIRA
DIRETOR LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA-PI



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça
para os devidos fins.

Em 16/06/03

Elbago

Deputado de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Luciano Nunes
para relatar.

Em 17/06/06

S. S. S. S.

Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



AL-3848/03

Assembléia Legislativa

LN
Luciano Nunes

NATUREZA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/03

ÓRGÃO: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

MATÉRIA: Dá nova redação ao §1º do art. 15 da Lei Complementar nº 06, de 1º de outubro de 1991.

AUTORA: Dep. Maria José Leão

RELATOR: Dep. Luciano Nunes

APROVADO POR MAIORIA
n.º <u>24 / 06 / 03</u>
<u>Luciano Nunes</u>
Presidente da Comissão de
<u>Constituição e</u>
<u>Justiça</u>

PARECER

Encontra-se em análise nesta Douta Casa Legislativa Projeto de Lei Complementar nº 02/03, de 11 de junho de 2003, de autoria da Dep. Maria José Leão, que pretende dar nova redação ao §1º do art. 15 da Lei Complementar nº 06/91.

Após verificada a legalidade e constitucionalidade do presente projeto de lei complementar, que está em tudo conforme a Constituição do Estado do Piauí e a Constituição Federal de 1988, inclusive no tocante à revogação expressa da Lei Complementar nº 16/95, já que lei nova revoga lei anterior quando dispõe sobre toda a matéria tratada por esta, somos pela tramitação normal e regimental desta proposta.

É o parecer, s.m.i.

SALA DAS SESSÕES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, em Teresina, 24 de junho de 2003.


LUCIANO NUNES
RELATOR

AL- 3848/03



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ - ALEPI
Comissão de Infra-Estrutura e Política Econômica

MATÉRIA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 15 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 1º DE OUTUBRO DE 1991.

NATUREZA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02 / 03

AUTOR: DEPUTADA MARIA JOSÉ LEÃO.

RELATOR: DEPUTADO MAURO TAPETY.

PARECER

I - DO RELATÓRIO:

Encontra-se para apreciação, nos termos regimentais nesta Colenda Comissão de Constituição e Justiça, Projeto de Lei Complementar Nº 002 / 03, de autoria da Exma. Senhora Deputada Maria José Leão, que dá nova redação ao § 1º do art. 15 da Lei Complementar nº 06 de 1º de outubro de 1991.

II - DA JUSTIFICATIVA:

Em sua peça, justifica a autora que existe a necessidade da restauração do texto original da Lei Complementar acima citada para que se possa melhorar aplicá-la em sua essência.

Observamos que o presente Projeto de Lei altera o prazo de sessenta para trinta dias para que a instituição prestadora de informações cumpra o seu papel, o que poderá vir a acelerar o andamento do processo em tramitação.

III - DO VOTO:

Do exposto, opinamos pela apreciação e aprovação do aludido projeto de Lei por entender que ele preenche os requisitos legais exigidos no ordenamento jurídico vigente.

Este é o parecer que submetemos a esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, salvo melhor juízo.

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, de JUNHO DE 2003.


Dep. MAURO TAPETY
RELATOR

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, 26	06 / 03
Presidente da Com. S. C. J.	
Infra-Estru- tura.	



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Infra-Estrutura
para os devidos fins.

Em 24 / 06 / 03

Elvany

Conseição de ~~Maria~~ Luzia Rodrigues
Chefe do Núcleo ~~Comunicação~~ Relações

Ao Deputado Maurício

para relatar.

Em 24 / 06 / 03

Presidente da Comissão de Infra-Estrutura
e Política Econômica



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2003.

Dá nova redação ao § 1º do Art. 15
da Lei Complementar nº 06, de 1º
de outubro de 1991.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo primeiro o artigo 15 da Lei complementar nº
06, de 01 de outubro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

“ Art. 15

§ 1º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa solicitará
à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –
IBGE, ou outro órgão oficial, a apuração dos requisitos
estabelecidos nos incisos I e II do Art. 2º, devendo a
instituição prestar estas informações no prazo máximo de
trinta dias a contar do recebimento.” (NR)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 30 de junho de
2003.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **EDSON FERREIRA**
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 205

Teresina(PI), 03 de julho de 2003.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovados pelo Poder Legislativo, os anexos Projetos de Lei, a seguir relacionados:

1. "Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais Instrutores da Polícia Militar do Piauí e dá outras providências", de autoria do Dep. IRMÃO ELIAS(Indicativo de Projeto de Lei); ✓
2. "Cria o Programa Estadual de Recompensa pela captura de pessoas com mandado de prisão expedido", de autoria do Dep. WILSON MARTINS; ✓
3. "Cria o Memorial Zumbi dos Palmares e dá outras providências", de autoria do Dep. OLAVO REBÊLO; ✓
4. "Reconhece de utilidade pública a Fundação da Paz e dá outras providências", de autoria do Dep. KLEBER EULÁLIO; ✓
5. "Dá nova redação ao § 1º do art. 15, da Lei Complementar nº 06, de 1º de outubro de 1991", de autoria da Dep. MARIA JOSÉ LEÃO; ✓
6. "Denomina de Jomásio dos Santos Barros, a Unidade Escolar de Segundo Grau do Município de Bocaina, neste Estado", de autoria do Dep. KLEBER EULÁLIO; e ✓
7. "Dispõe sobre certidão da adimplência, a ser expedida pelas empresas que prestam serviços públicos a cidadãos residentes no Estado do Piauí", de autoria do Dep. MARCELO COELHO. ✓

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **KLEBER EULÁLIO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

Handwritten notes and signatures:
"Zumbi"
"13-07-03"
[Signature]



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI COMPLEMENTAR Nº , DE DE DE 2003.

Dá nova redação ao § 1º do Art. 15
da Lei Complementar nº 06, de 1º
de outubro de 1991.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a
seguinte Lei:

Art. 1º - O parágrafo primeiro o artigo 15 da Lei complementar nº
06, de 01 de outubro de 1991, passa a ter a seguinte redação:


“ Art. 15

§ 1º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa solicitará
à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –
IBGE, ou outro órgão oficial, a apuração dos requisitos
estabelecidos nos incisos I e II do Art. 2º, devendo a
instituição prestar estas informações no prazo máximo de
trinta dias a contar do recebimento.” (NR)

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALACIO PETRÔNIO PORTELLA, em Teresina, 30 de junho de
2003.


Dep. **KLÉBER EULÁLIO**
Presidente


Dep. **RONCALLI PAULO**
1º Secretário


Dep. **EDSON FERREIRA**
2º Secretário